



Universidade de Brasília

FACULDADE UnB PLANALTINA

CIÊNCIAS NATURAIS

RONÉY GOMES DE SOUZA

**A Percepção do Alunos Sobre a Importância da
Assistência Estudantil para a Permanência no Curso de
Ciências Naturais**

Planaltina - DF

Novembro 2018



Universidade de Brasília

FACULDADE UnB PLANALTINA

CIÊNCIAS NATURAIS

RONEY GOMES DE SOUZA

**A Percepção do Alunos sobre a Importância da
Assistência Estudantil para a Permanência no Curso de
Ciências Naturais**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora, como exigência parcial para a obtenção de título de Licenciado do Curso de Ciências Naturais, da Faculdade UnB Planaltina, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a. Olgamir Amancia Ferreira.

Planaltina - DF

Novembro 2018

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família, meus amigos e a todas as pessoas que contribuíram de alguma forma na construção da pessoa que eu sou hoje. E dedico esse trabalho a Universidade de Brasília, que me proporcionou a oportunidade de estudar e realizar sonhos que eu nunca imaginaria que poderiam acontecer. Obrigado, UnB.

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, por ser tão maravilhoso na minha vida, por proporcionar momentos e vitórias que nunca poderia imaginar.

Aos meus pais, Gilmar e Orlandina, que sempre me apoiaram nessa trajetória. Acreditaram em mim, nos momentos mais difíceis da minha vida. Todas as conquistas que eu consegui, agradeço a vocês. Obrigado!

Aos meus irmãos Fabrício, Fernando e Felipe, eu tenho muito orgulho das pessoas maravilhosas que vocês se tornaram. Desejo todo o sucesso do mundo para vocês.

Ao meu amigo, meu irmão Diego Lopes. Maninho, não dá para descrever em palavras a gratidão que tenho por você. Eu agradeço muito a Deus por ter colocado pessoas tão maravilhosas na minha vida, você é uma delas, obrigado por tudo.

Ao meu tio Adelson, o senhor tornou-se meu amigo, meu tio, meu pai. Obrigado por tudo que o senhor fez por mim, eu nunca vou conseguir agradecer o suficiente.

A minha amiga, Adriana. Dri, eu só tenho a agradecer por todos os momentos de carinho, companheirismo e os puxões de orelha. Você é uma pessoa que eu aprendi a admirar, respeitar e acima de tudo me emocionar com as suas vitórias. Obrigado, por tudo, Dri!

A minha amiga de tantos anos, Klíscia Rosa. Obrigado por todos os momentos de apoio, carinho e pirraça. Eu te admiro pela mulher batalhadora que você é e reafirmo que me inspiro para continuar lutando pelos meus sonhos. Assim, acabei esse TCC, finalmente...

Agora, meus amigos de faculdade que eu levarei para a vida toda Samuel Loubach, Leonardo Gomes, Vitor Taliel, Caio Alves, Euler Brennequer. Esses anos de faculdade com vocês foram incríveis, vocês são pessoas maravilhosas, admiro muito cada um de vocês. Desejo muito sucesso a todos.

A minha orientadora, professora Olgamir. Obrigado por toda atenção, disposição e carinho comigo. E a todos os professores da FUP, que fazem parte da minha formação tanto quanto acadêmica, como ser humano.

IMPORTÂNCIA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, PARA A PERMANÊNCIA NO CURSO DE CIÊNCIAS NATURAIS NA PERCEPÇÃO DO ALUNOS

Roney Gomes de Souza¹
Olgamir Amancia Ferreira²

RESUMO

Esta pesquisa buscou analisar a importância da assistência estudantil para a permanência e conclusão do curso de Licenciatura em Ciências Naturais da Faculdade UnB Planaltina - FUP, por parte dos alunos de baixa renda. Por meio de uma pesquisa qualitativa, foi possível analisar os resultados e evidenciar que a assistência estudantil, para a maioria dos estudantes contemplados com os auxílios, é um dos principais fatores que possibilitam a permanência e conclusão do Curso de Licenciatura em Ciências Naturais.

Palavras-chave: Assistência Estudantil, REUNI, FUP, Ciências Naturais.

1. INTRODUÇÃO

Para muitos alunos da rede pública de educação a visão de estarem em uma universidade pública é algo impensável. Muito devido ao processo seletivo ser altamente excludente, pois não podemos dizer que um aluno que estudou a vida inteira em uma escola pública, onde teve que conviver com a falta de professores, de infraestrutura, problemas que infelizmente são conhecidos da rede pública de educação, têm as mesmas condições de concorrerem com alunos que frequentaram escolas particulares, onde desde a base foram preparados para esse momento. Ao ingressarem nas universidades as grades horárias de alguns cursos, inicialmente, são um problema para maioria dos alunos, pois em algumas universidades no primeiro semestre a grade é fechada, ou seja, não é permitido que aluno faça alterações nos horários das disciplinas. Devemos lembrar que muitos dos alunos da rede pública de educação são de baixa renda, desse modo não têm condições de se manter apenas estudando, é necessário que trabalhem para conseguir manter-se na universidade o que acaba prejudicando o desempenho acadêmico.

Dessa forma, acaba contribuindo com a ideia que muitos alunos da rede pública ainda mantem, que as universidades públicas são apenas para pessoas mais favorecidas

1 Licenciando do Curso de Ciências Naturais - Faculdade UnB de Planaltina.

2 Professora Doutora do Curso de Ciências Naturais - Faculdade UnB de Planaltina.

financeiramente. Com advento do Programa Nacional de Assistência estudantil, implantado em 12 de dezembro de 2008, que tem como intuito dar apoio e condições para que os alunos de baixa renda permaneçam e concluam seus respectivos cursos, essa visão aos poucos está sendo desmistificada. Esses auxílios aos alunos são por meio de bolsas para custear moradia, permanência, materiais de estudo, transporte e outras necessidades que aluno venha a apresentar.

Minha história não se difere da realidade de muitos dos alunos da rede pública de educação. Conclui meu ensino médio no Centro Educacional Taquara, zona rural de Planaltina Distrito Federal, no ano de 2010. Filho de agricultores, o mais velho de cinco filhos e o primeiro membro da família a ir para uma Universidade Pública. Em princípio, tive muitas dificuldades para conseguir ingressar na universidade, pois minhas notas no Programa de Avaliação Seriada (PAS) e no Vestibular da UnB não foram boas, muito em decorrência da defasagem do meu desenvolvimento como aluno. No ano de 2014, consegui ingressar na Universidade de Brasília UnB por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU), no curso de Licenciatura em Ciências Naturais, no Câmpus Planaltina.

Após ter ingressado na universidade começaram a surgir alguns questionamentos. Pois, como eu faria para me manter estudando? Já que meus pais que são agricultores não tinham condições financeiras para me manter apenas estudando. Foi, então, que junto à assistência estudantil do Câmpus Planaltina, conheci os auxílios socioeconômicos. Dessa forma, após uma entrevista com a assistente social fui contemplado, e consegui me manter no curso.

Sendo assim, ao iniciar meu trabalho de conclusão de curso e revendo a minha trajetória acadêmica, surgiram alguns questionamentos. Teria eu conseguido chegar nesse momento da minha graduação sem os auxílios socioeconômicos? Que dificuldades eu teria que enfrentar? Teria eu abandonado a graduação? Portanto, após esses questionamentos surgiu a dúvida se essas dificuldades que me ocorreram, poderiam ter ocorrido a outros alunos do curso de Ciências Naturais? E se foram contemplados com os auxílios socioeconômicos, de que forma os mesmos contribuíam para a permanência e conclusão do curso de Ciências Naturais?

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Para entendermos a importância da Assistência Estudantil na Faculdade UnB Planaltina é importante compreendermos como ocorreu o surgimento das políticas de assistência estudantil e as transformações.

Sendo assim, em comparação aos outros países das Américas Espanholas e Inglesas o surgimento da Educação Superior no Brasil deu-se de forma muito tardia, pois em alguns desses países o acesso ao ensino superior já vinha ocorrendo desde o período colonial.

Após Portugal anunciar a descoberta do Brasil, inicialmente ao que parece só apresentava dois objetivos eminentes: fiscalizar e proteger o novo território das ameaças externas. Dessa forma, nos trezentos anos seguintes a descoberta, tiveram poucas iniciativas na área da educação vindas na sua maior parte dos jesuítas, voltados para catequese religiosa dos colonos. Desse modo, para os altos funcionários da Igreja, da Coroa e filhos dos grandes latifundiários, para obterem formação universitária era necessário irem estudar na Europa, o destino da maioria era Coimbra. Apenas, no final do século XVII, tiveram algumas iniciativas isoladas de iniciar o processo de formação em instituições de nível superior, como o curso superior de Engenharia Militar no Rio de Janeiro, porém não podemos considerar como ingresso do ensino superior no Brasil, pois apenas portugueses poderiam ingressar nesses locais de ensino (VASCONCELOS, 2009).

Em 1808, com a vinda da Família Real Portuguesa, fugindo da perseguição realizada por Napoleão, houve a necessidade de instituir o ensino superior no Brasil, pois, o centro administrativo de Portugal foi transferido para o Brasil, logo, era necessário a formação de administradores, médicos, advogados, engenheiros, etc. A partir daí, foram criadas as Faculdades de Direito em São Paulo e Recife, e a Escola de Engenharia em Minas Gerais. Importante salientar que esses estabelecimentos de ensino eram localizados em cidades importantes e tinham como intuito apenas o aprendizado técnico, a pesquisa não era priorizada naquele momento (OLIVEN, 2002).

Dessa forma, o ensino superior no Brasil firmou-se como um modelo de institutos isolados e de natureza profissionalizante. Visto que, devido ao bloqueio realizado por Napoleão, os filhos dos aristocratas coloniais não podiam ir mais a Europa estudar, dessa forma, o ensino tornou-se totalmente elitista. Portanto, ao analisar a forma como os cursos superiores surgiram no Brasil, voltados ao ensino prático como engenharia, direito e medicina, em virtude de serem ministrados em faculdades isoladas na sua maioria nas grandes capitais, explica muito das

grandes distorções presentes até hoje no nosso sistema, como, o domínio de uma classe econômica mais favorecida e o acesso escasso do ensino superior por pessoas localizadas em zonas rurais (VASCONCELOS, 2009).

A partir da Proclamação da Independência, século XIX, houve um crescimento de escolas superiores no país, mas essas escolas ainda mantinham um modelo de unidades desconexas e um ensino voltado para a formação profissionalizante. Desse modo, houve algumas tentativas no intuito de criar a primeira universidade brasileira, por exemplo em 1843, um projeto que visava criar a Universidade de Pedro II; e em 1847 para a criação do Visconde de Goiânia; entre outros projetos. No entanto, nenhum deles saiu do papel (OLIVEN, 2002).

Com a chegada da República ao Brasil, no qual ocorreu a esperança de renovação e desenvolvimento do país, a constituição de 1891 omitiu-se em relação ao compromisso do governo com o ensino superior. Portanto, apenas em 1920 surgiu a primeira universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, devido à fusão dos cursos entre as Escolas Politécnicas, a Faculdade de Direito e Faculdade de Medicina (SGUISSARD, 2000).

Com a Revolução de 1930 veio ao fim a chamada República Velha, e o início de um dos períodos de maior transformação e desenvolvimento do país, a chamada “Era Vargas”. Com a necessidade de industrialização do país devido a perdas econômicas ocorridas na Crise de 1929, onde a economia brasileira estava toda baseada na produção agrícola. Foi criado no ano de 1930, o Ministério da Educação órgão criado para cuidar de assuntos relacionados à educação no país; no ano de 1931 foi implantada a Reforma Francisco Campos, que veio para organizar o ensino secundário e superior no Brasil (SGUISSARD, 2000).

Como é explicado por Aranha (1996, p.201).

Os decretos de Francisco Campos imprimem uma nova orientação, voltada para maior autonomia didática e administrativa, interesse pela pesquisa, difusão da cultura, visando ainda ao benefício da comunidade.

Com a promulgação da constituição de 1934, a Educação passa a ser reconhecida com um direito de todos os brasileiros, devendo ser disponibilizada pelo Estado e pela família.

Durante o Período de 1947 e 1964, veio ocorrer a integração do ensino superior, momento no qual, aconteceu a criação de várias universidades federais, estaduais, municipais e particulares em todo o Brasil, ou seja, pelo menos uma em cada estado. Desse modo, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que entrou em vigor a partir de 1961, a descentralização

do ensino ainda foi uma vertente a ser seguida. Resultado, as faculdades ainda se manteriam isoladas e as universidades seriam apenas a composição de cursos isolados. Portanto, nessa proposta as universidades seriam um estabelecimento somente para o ensino (SGUISSARD, 2000).

Na década de 1970, onde ocorreu o chamado “Milagre Econômico”, o Brasil passou por um acelerado desenvolvimento econômico. Em virtude do êxodo rural, o aumento das concentrações urbanas e a exigência de melhor formação para a mão-de-obra industrial e de serviços básicos, o governo foi pressionado por essa demanda e permitiu que o Conselho Federal de Educação aprovasse uma série de cursos novos. Sendo assim, tiveram que acontecer mudanças também no sistema de seleção, as provas dissertativas e orais foram substituídas por múltipla escolha (VASCONCELOS, 2009).

O aumento dos cursos superiores, sem adequado planejamento, veio a ocasionar uma incapacidade de fiscalização por parte do poder público, de forma que resultou em uma queda de qualidade do ensino e a imagem “mercantilista” e negativa da iniciativa privada, a qual persiste até hoje. Dessa forma, sendo bem contrária das ideias pregadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Superior, de 1969 (Lei nº. 5.540/68) (VASCONCELOS, 2009).

Na década de 1980, ocorreu uma estagnação do ensino superior, devido a forte pressão exercida pela Ditadura Militar. No entanto, as universidades tinham crescido, virado instituições de pesquisa, ampliaram os programas de pós-graduação, montaram laboratórios e bibliotecas (VASCONCELOS, 2009).

Com advento da Constituição 1988, o ensino superior foi beneficiado pelo legislador constituinte estabelecendo um mínimo de 18% da receita anual, resultante de imposto da União, para assegurar a manutenção e o desenvolvimento do ensino; estabeleceu a gratuidade do ensino nos estabelecimentos oficiais em todos os níveis de ensino (OLIVEN, 2002).

Em relação à educação, no capítulo III foi incluído os seguintes artigos:

Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O Art. 205 da Constituição Federal de 1988 nos traz alguns apontamentos importantes sobre a Educação no Brasil. A partir de 1988 a educação passa a ser assegurada por meio da Carta Magna como um direito de todos um dever do estado e da família assegura que os

estudantes tenham acesso ao ensino, e deve ser incentivada pela comunidade.

Após ser promulgada a Constituição Federal deu início os debates sobre a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que seria aprovada no final do ano de 1996, Lei nº 9.394/96. Dessa forma, a nova Lei previa em determinados graus de abrangência ou especialização nos estabelecimentos de ensino superior, públicos ou privados. A nova Lei de Diretrizes e Bases iniciou o processo regular e sistemático de avaliação dos cursos de graduação e das respectivas instituições de ensino superior. Dessa forma, as instituições ficaram com os seus credenciamentos condicionados a respectivo desempenho exigido por essa avaliação (OLIVEN, 2002).

Sendo assim, com aprovação da LDB, ocorreu uma maior diversificação e heterogeneidade dos cursos superiores. Desta maneira, consta nessa legislação, que o ensino superior deve ser ministrado em instituições de cunho público ou privado, com o seu grau de abrangência e especialização (VASCONCELOS, 2009).

As reformas realizadas na educação a década de 90, foram influenciadas pelas políticas econômicas do governo de Fernando Henrique Cardoso. O modelo de política neoliberal resultou no sucateamento das universidades públicas, o aumento descontrolado das instituições de ensino superior privadas, além da ausência, ou praticamente inexistência de uma política efetiva de Assistência Estudantil (VASCONCELOS, 2009).

No ano de 1996, foi implantada uma política de reforma universitária, pautada em três diretrizes pelo Banco Mundial: a implantação do sistema de avaliação institucional e do exame nacional de cursos (provão); pela autonomia universitária, pelo Programa de Gratificação e estímulo à Docência (GDE). Segundo estudiosos essas medidas demonstram uma intenção clara de privatização da universidade pública brasileira, com atenção especial a questão que tange a autonomia universitária, o que gera o descomprometimento do Estado com o seu financiamento (VASCONCELOS, 2009).

No governo Lula, em seus dois mandatos, buscou implantar uma série de reformas na educação, dentre elas a intenção de implementar uma Reforma Universitária pautada nas diretrizes internacionais e pelo Governo Federal. Devido a ação de diversos movimentos sociais organizados pelos discentes, docentes e técnicos administrativos o programa de reformas não foi implantado em sua totalidade. Durante os governos petistas, os projetos educacionais foram pautados na implementação e incentivo da educação à distância, na educação profissionalizante com a implantação do Programa de Ensino Profissionalizante – PEP (OLIVEN, 2002).

2.2 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

A história da Assistência Estudantil no Brasil está ligada a luta dos movimentos sociais pelo fim do regime militar e a promulgação da Constituição Federal de 1988. Em meio à repressão do sistema político da época surgem dois grandes movimentos relacionados às questões educacionais, com ênfase na assistência estudantil, que foram em 1987 o FONAPRACE – Fórum Nacional de Pro – Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis e a ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. Esses dois seguimentos visavam garantir condições iguais de oportunidades para os estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) com foco nas políticas sociais. Dessa forma, criar mecanismos para que possibilitem aos alunos de baixa renda a sua permanência e conclusão do curso, reduzindo a retenção e a evasão escolar, que são causadas na sua maioria das vezes pelas condições socioeconômicas (VASCONCELOS, 2009).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1998, os movimentos sociais tiveram uma grande vitória com a implementação de artigo nº 203, onde o Estado assume a obrigação de prestar assistência social à população:

Art. 203 - A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portador de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Deste modo, pela primeira vez uma Constituição brasileira reconhecia a assistência social como uma política social, integrada com as políticas de saúde e da previdência social, compõe o tripé do Sistema de Seguridade Social Brasileiro.

Com advento do governo Fernando Henrique Cardoso na década de 90, a educação foi

duramente influenciada pela sua política econômica. As instituições de ensino superior sofreram com cortes de recursos, resultando em falta de recursos para pesquisa, falta de verbas para manutenções, defasagem salarial, ocorrendo à saída dos professores das universidades públicas para as privadas. O modelo de política neoliberal implantado por FHC, resultou no sucateamento das universidades públicas e no aumento desordenado e sem fiscalização das instituições privadas. Infelizmente, podemos dizer que não houve nenhum avanço nas políticas da Assistência Estudantil nesse período. (VASCONCELOS, 2009)

No governo Lula, em seus dois mandatos, tentou implantar uma série de mudanças na educação, como a Reforma Universitária orientada por diretrizes de organismos internacionais e pelo Governo Federal, porém pela ação coordenada de vários movimentos sociais organizados por docentes e técnicos administrativos não conseguiu ser implantada em sua totalidade. A proposta educacional do governo Lula, cria incentivos para a educação à distância, dá ênfase à educação profissionalizante com a implementação do Programa de Ensino Profissionalizante-PEP.

No ano de 2008, veio à promulgação do Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAS, podemos dizer que é um dos marcos mais importantes na história da assistência estudantil no Brasil. Fruto da luta de diversos movimentos sociais consolidou a assistência estudantil como um direito social, proporcionando meios para garantir igualdade de oportunidades aos estudantes do ensino superior público.

2.3 POLÍTICAS ATUAIS ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A assistência estudantil tem por natureza enquanto mecanismo de direito social, prover as ferramentas necessárias para que os alunos consigam superar os desafios encontrados na vida acadêmica, dessa forma, tenta minimizar o percentual de abandono e trancamento de matrículas encontrados no ensino superior.

Deste modo, ela tenta suprir as necessidades acadêmicas que o aluno pode ter abrangendo desde condições de saúde, ao acesso a materiais pedagógicos necessários à sua formação profissional, o acompanhamento às necessidades educativas especiais. Prover também condições mínimas para que o aluno consiga sobreviver como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, implantado em 12 de

dezembro de 2008, tem por objetivo atender as necessidades básicas dos alunos de baixa renda matriculados nas instituições de ensino superior públicas. Deste modo, busca dar condições de permanência e conclusão aos alunos de baixa condição socioeconômica. O programa estabelece em seu Parágrafo único que:

Compreendem-se como ações de assistência estudantil iniciativas desenvolvidas nas seguintes áreas:

I - moradia estudantil;

II - alimentação;

III - transporte;

IV - assistência à saúde;

V - inclusão digital;

VI - cultura;

VII - esporte;

VIII - creche;

IX - apoio pedagógico.

Ao analisarmos o parágrafo único do PNAES notamos que a compreensão de assistência estudantil vai além de dar condições mínimas de permanência do estudante na instituição de ensino, nota-se que há uma preocupação com formação social do estudante. O PNAES, busca assegurar por meio da lei acesso e assistência à saúde, creche para os estudantes que tenham filhos, ajuda pedagógica, entre outras ações que ajudam na permanência e futura conclusão do curso, por parte dos alunos de baixa renda.

Por fim, as ações propostas pelo PNAES visam dar condições de igualdade, oportunidade e contribuir para a melhora do desempenho acadêmico dos alunos, de forma a agir preventivamente e minimizar situações onde poderiam ser uma causa para que o aluno deixe o seu curso.

2.4 PROGRAMAS E POLÍTICAS DE AMPLIAÇÃO DO ACESSO E INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR

Nos últimos anos vêm sendo implementado no Brasil uma série de políticas públicas

com intuito de permitir a inclusão de jovens de baixa renda no ensino superior, já que as instituições públicas não conseguem absorver essa demanda crescente de jovens que desejam ingressar em um curso superior. Destaca-se entre essas políticas, o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES), o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

O primeiro programa a ser analisado é Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES), esse programa foi criado para auxiliar os estudantes que estejam matriculados em instituição de nível superior, e não tenham condições econômicas para arcar com as parcelas da graduação. Para que o estudante possa usufruir desse auxílio é necessário que a instituição que ele esteja matriculado, seja cadastrada no programa e tenha sido avaliada pelo MEC (BRASIL, 2018a).

O FIES foi criado, em 1999, por meio da Medida provisória n°. 1.827, no ano de 2007, sofreu algumas modificações como uma maior facilidade para o financiamento estudantil e o prazo para a quitação da dívida passou a ser duas vezes o tempo de duração do curso. Nos últimos anos devido à crise política e econômica do país, o FIES vem sendo ameaçado por cortes de orçamento e incertezas. Com a portaria n°.13, de 11 dezembro de 2015, foram priorizados para o financiamento cursos da Área da Saúde, da Engenharia, da Pedagogia e Licenciaturas (BRASIL, 2018a).

O segundo programa a ser analisado é O Programa Universidade para Todos (PROUNI), no qual o governo federal passou a financiar parcialmente os estudantes em bolsas de 50% ou até mesmo integrais. Sendo a Caixa Econômica Federal atuando como maior financiador desse programa. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, desta maneira, por um processo de meritocracia selecionam-se os estudantes que tiveram as melhores notas no exame (BRASIL, 2018b).

2.5 REUNI

Com o advento do Decreto n° 6.096, de 24 de abril de 2007, foi criado o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). A principal meta desse programa era ampliar o acesso e a permanência na educação superior. O governo federal inseriu uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão física,

acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. As ações do programa buscavam contemplar o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, e o combate à evasão (BRASIL, 2007a).

O REUNI fazia parte de um esforço amplo do governo federal para consolidar uma política nacional de expansão da educação superior pública. Dessa forma, o Plano Nacional de Educação, por meio da Lei nº 10.172/01, estabeleceu o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década (BRASIL, 2007b).

Inicialmente, foi dada às universidades federais a opção de aderirem ao REUNI. Dessa forma, ressaltou o respeito pela autonomia das universidades. No entanto, o programa exigia que metas previamente acordadas fossem atingidas, para que ocorresse a transferência de recursos. Desta maneira, o programa se propôs viabilizar e ampliar o acesso com a criação de 92.240 vagas nas universidades federais entre os anos de 2008 e 2012 (BRITO, 2013).

Portanto, o REUNI foi criado com a intenção de aumentar o número de vagas no ensino público superior e bem como a permanência nele. Dessa maneira, garantindo recursos para as universidades federais, para que pudessem atender áreas mais distantes dos grandes centros econômicos, atendendo as pessoas interessadas em ingressar no ensino superior, fazendo com essas instituições cumpram um dos seus papéis sociais, no qual seria, transformação social e econômica por meio da educação.

2.6 REUNI NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

A Universidade de Brasília (UnB) foi criada no ano de 1962, por meio da Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961. Segundo Brito (2013), a universidade surgiu como instituição “emancipatória, democrática, inovadora, moderna, autônoma e criadora”. Portanto, possuía uma função social do ensino superior que velava pela “interdisciplinaridade” e integração das diversas áreas de conhecimento. Assim, o modelo de universidade pensado por Darci Ribeiro funcionava como um instrumento que superava os modelos anteriores.

O Plano Orientador, publicado em 1962, firmava o compromisso da instituição com a formação de profissionais responsáveis, atentos ao desenvolvimento social do país, possibilitando que estudantes sejam preparados para se tornarem especialistas qualificados, além de formar cientistas, pesquisadores e artistas.

A Universidade de Brasília nos últimos anos cresceu além do previsto em seu plano orientador, no entanto, mostrou-se insuficiente para atender a demanda do crescimento desordenado da população do Distrito Federal e do entorno. Apesar da instituição ter se notabilizado como uma das principais universidades públicas do país, o seu acesso ainda está restrito a um pequeno grupo social, representando apenas cerca de 20% dos alunos de cursos de graduação no Distrito Federal (MELO, 2009).

Deste modo, diante da necessidade de proporcionar um maior acesso à educação superior pública no Distrito Federal foi elaborada uma proposta de descentralização física do câmpus Darcy Ribeiro da UnB, situado no Plano Piloto, em direção às áreas do entorno de Brasília, onde devido ao crescimento populacional do Distrito Federal e entorno, há uma grande demanda da população por melhores condições de emprego e estudo (OLIVEIRA, 2013).

Com a implantação do plano de expansão da universidade, tornou-se necessário buscar meios de aumentar os investimentos de ordem financeira com a finalidade de construir novos câmpus e espaços físicos e reforma de espaços já existentes, além da contratação de professores e técnicos administrativos. Deste modo, o REUNI mostrou-se capaz de financiar os projetos pretendidos pela universidade, indo ao encontro das necessidades e pretensões da UnB (CANÇADO, 2015).

Sendo assim, o Conselho Universitário da Universidade de Brasília (CONSUNI) aprovou, em sua 333ª reunião, realizada em 19 de outubro de 2007, o documento – A UnB Rumo aos 50 anos: Autonomia, Qualidade e Compromisso Social – como carta de intenções da Instituição para ingressar no REUNI.

Segundo Cançado (2015), em 13 de março de 2008, a UnB assinou o Acordo de Metas com MEC, no entanto ocorreram alguns problemas, esse acordo foi reformulado e retomou-se o processo democrático de tomada de decisões, com discussões entre os diversos segmentos da universidade. Dessa maneira, no mês de junho de 2008, foram aprovadas as Diretrizes para Adequação da Proposta da UnB as Diretrizes do Reuni, sendo respeitado o acordo de metas inicialmente assinado com o MEC. Tendo como metas gerais:

- criação de novos cursos e expansão dos já existentes, sobretudo no período noturno, como forma de melhorar o aproveitamento do espaço físico;
- abertura de novos cursos com perfis interdisciplinares – parcerias entre diferentes unidades acadêmicas;
- reestruturação pedagógica;
- criação de mobilidade inter e interinstitucional;
- criação de políticas de fortalecimento institucional;

- redução de evasão;
- ampliação da inclusão social; e
- fortalecimento das licenciaturas.

Na 339ª reunião do CONSUNI, realizada em 04 de julho de 2008, foi aprovado o projeto intitulado de Proposta da Universidade de Brasília para o Programa REUNI, e posteriormente ratificado pelo MEC. Com a implantação do projeto acreditava-se que traria recursos financeiros necessários, à ampliação do Campus de Planaltina criado em 2006, à construção dos novos *Câmpis* de Ceilândia e Gama, o que proporcionaria a criação de mais 4.306 novas vagas, até o final de 2012. A Universidade comprometeu-se em aumentar a taxa média de conclusão dos cursos de graduação presencial em 90%, além de expandir a participação da comunidade, revisar os projetos políticos-pedagógicos dos cursos, criar novos cursos, ampliar a política de inclusão e assistência estudantil, articular a educação superior com a educação básica, bem como a graduação com a pós-graduação (UnB, 2008b).

2.7 POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNB

A Universidade Brasília apresenta a Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) aprovada pelo ato da reitoria nº 429/86, tendo como nome original Diretoria de Serviços Sociais, esse órgão foi criado tendo como objetivo o planejamento, coordenação, controle e a avaliação dos programas e projetos de prestação de serviços sociais à comunidade universitária.

Sendo assim, o controle das Políticas de Assistência Estudantil cabe a Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS), que assessora o Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) no planejamento, organização, controle, execução e avaliação dos programas e ações de assistência estudantil. Esses programas oferecem aos usuários condições necessárias para a sua permanência na universidade, assim como buscam assegurar o bom desempenho de suas atividades acadêmicas através da garantia de direitos primordiais referentes ao transporte, alimentação, moradia, apoio psicológico, assim como acesso ao lazer, informação, cultura, participação em eventos, aprendizado de idiomas diferentes entre outros (MARINHO, 2015).

Deste modo, as ações das Políticas de Assistência Estudantis desenvolvidas nos quatro *campis* - Campus Darcy Ribeiro (Plano Piloto), na Faculdade UnB – Ceilândia (FCE), na Faculdade UnB – Gama (FGA) e na Faculdade UnB – Planaltina (FUP) acabam tendo um resultado positivo nas taxas de evasão, ocorrendo a redução desses números e permitindo a

continuidade e conseqüente formação de qualidade a universitários que por muitas vezes interrompem os estudos por enfrentarem uma série de dificuldades socioeconômicas. Desta forma, promove a igualdade de condições para os estudantes dentro e fora do ambiente acadêmico, assegurando os direitos básicos para que haja justiça social (MARINHO,2015).

Os recursos destinados para as Políticas de Assistência Estudantil são provenientes da Fundação Universidade de Brasília/FUB e do Programa Nacional de Assistência Estudantil/PNAES. Os bolsistas são selecionados por meio da avaliação socioeconômica realizada pela DDS/DAC e para concorrer é necessário o preenchimento do formulário eletrônico do Sistema de Assistência Estudantil (SAEWEB) e entrega da documentação exigida no Serviço de Programas Sociais da Diretoria de Desenvolvimento Social (SPS/DDS) (MARINHO,2015).

Dentre os principais programas de Assistência estudantil na UnB destacam-se:

2.7.1 Auxílio Permanência

O Pnaes, mostrou-se com o tempo que não era capaz de suportar sozinho toda a demanda por condições de permanência no Ensino Superior Público, em 2013, por meio da Portaria nº 389, de 09 de maio de 2013, o MEC cria o Programa de Bolsa Permanência – PBP. Este programa visa a concessão de um auxílio financeiro aos estudantes, com a finalidade de minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e conclusão de curso dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica e estudantes indígenas e quilombolas (DUTRA e SANTOS, 2017).

Marinho (2015) destaca que o programa atualmente existe em duas modalidades na Universidade de Brasília: Bolsa Permanência do Governo Federal e a Bolsa Permanência da Universidade de Brasília, que foi criado após o aumento da demanda pelo auxílio. O valor mensal do auxílio é de R\$ 465,00. Os critérios de seleção para ambas as bolsas são os mesmos, como por exemplo:

- Renda familiar per capita do universitário de até um salário-mínimo e meio;
- O aluno deve estar matriculado em cursos de graduação com carga horária média superior ou igual à cinco horas diárias;

- Não ultrapassar dois semestres do tempo regulamentar do curso de graduação em que estiver matriculado.

2.7.2 Auxílio Alimentação

Este programa é oferecido nos restaurantes universitários dos campi-Campus Darcy Ribeiro (Plano Piloto), na Faculdade UnB – Ceilândia (FCE), na Faculdade UnB – Gama (FGA) e na Faculdade UnB – Planaltina (FUP). Os alunos selecionados têm direito as três refeições diárias básicas (café, almoço e jantar) gratuitamente. Nos últimos anos o número de usuários do programa vem aumentando progressivamente, de acordo com relatórios da UnB, o que demonstra a necessidade de ampliação desse programa.

Relatórios da universidade, estimam que foram fornecidas em todos os campi da UnB entre cafés da manhã, almoços e jantares o total de 2.429.683 refeições durante o ano de 2017. Algo entono de 11mil refeições diárias, ao custo para universidade de R\$ 27.406.15709 (UnB, 2018 C).

Com a elevação dos custos para subsidiar as refeições dos restaurantes universitários, a Universidade de Brasília por meio do CAD, elevou as tarifas das refeições, no ano 2018. Os alunos beneficiados pelos Programas de Assistência Estudantil, continuaram isentos, no entanto, os demais alunos que não são beneficiados pelos programas sociais vão arcar com um aumento de 60% no valor das refeições à refeição que custava R\$ 2,80 passou a custar R\$ 5,20 (UnB, 2018 C). Vale ressaltar que esse aumento ocorre no contexto de cortes de recursos a universidades, por força da emenda constitucional 95 e depois de 22 anos sem reajustes no valor cobrado das refeições no RU.

2.7.3 Auxílio Moradia

Este programa tem como prioridade estudantes que têm suas famílias residindo fora do Distrito Federal ou àqueles que residem em regiões de difícil acesso ao campus em que estudam. A universidade trabalha com dois sistemas, com disponibilidade de moradia temporária em imóveis locados pela FUP– Fundação Universidade de Brasília ou auxílio mensal no valor de R\$ 530,00 para estudantes de baixa renda. Esse programa busca viabilizar que os beneficiados por esse auxílio possam permanecer na universidade. Assim como nos

demais programas os estudantes são selecionados e encaminhados de acordo com a disponibilidade de vagas pela DDS/DAC (MARINHO,2015).

No campus Darcy Ribeiro a Universidade de Brasília dispõe de instalações para atender a essa finalidade do programa a chamada Casa do Estudante Universitário (CEU). A sua estrutura física é composta de dois blocos com 90 apartamentos, que podem ser ocupados por 4 pessoas cada, tendo capacidade de atender a 360 vagas. No caso dos estudantes da Pós-Graduação em situação de vulnerabilidade econômica, o câmpus Darcy Ribeiro oferece A Casa do Estudante da Pós-Graduação que tem os mesmos critérios de seleção usados para os alunos da graduação, familiares residentes fora do Distrito Federal e moradia em região de difícil acesso ao câmpus em que estuda. A estrutura física da Casa do Estudante da Pós-Graduação, corresponde a instalações com 18 apartamentos com capacidade para 4 estudantes, totalizando 72 vagas (MARINHO,2015).

Santos (2016) destaca que o número de alunos beneficiados com auxílio moradia, na modalidade pecúnia, é maior do que os com modalidade serviço:

Dos estudantes usuários desse programa, aproximadamente 300 utilizam o benefício na modalidade de serviço (vaga em apartamento) e aproximadamente 900 utilizam o benefício na modalidade de pecúnia financeira. Nota-se, portanto, surpreendentemente, o caráter predominantemente financeiro deste benefício. De modo geral, esse programa abrange 2,7% da totalidade de estudantes da graduação da Universidade de Brasília (SANTOS, 2016, pg. 64).

2.7.4 Auxílio Emergencial

Esse auxílio destina-se aos estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais de graduação que se encontrem em situação de desigualdade socioeconômica emergenciais, inesperadas e momentâneas, que coloquem em risco sua permanência na Universidade. De acordo com a resolução 0109/2013 da Reitoria da UnB, caberá a equipe de assistentes sociais da DDS/DAC analisar a situação emergencial do estudante. Destaca-se que os recursos financeiros são provenientes do PNAES e serão concedidos de acordo com a disponibilidade orçamentarias da UnB (SANTOS, 2016).

2.7.5 Vale-Livro

Aos estudantes integrantes do PPAES, a Editora UnB disponibiliza cinco vales livros com desconto de 10% somado aos 40% concedidos a toda comunidade acadêmica, totalizando 50% de desconto em livros da editora (SANTOS,2016).

2.7.6 Bolsa UnB Idiomas

No ano de 2010, em parceria com a Escola UnB Idiomas, esse programa passou a destinar uma vaga por turma aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com isenção de mensalidades (UnB, 2018 C).

2.8 FACULDADE UnB PLANALTINA – FUP

Seguindo o projeto de expansão da Universidade da Universidade de Brasília, em 2006, com apoio de Governo Federal, foi inaugurado o primeiro câmpus de expansão, na cidade Planaltina, Distrito Federal. Foram realizadas uma série de reuniões com a comunidade para escolher qual curso seria ministrado na futura Faculdade UnB Planaltina. Dessa forma, as propostas sugeridas eram relacionadas a agricultura, cursos voltados a educação básica e cursos voltados para a saúde, visto que em Planaltina há a unidade de Centro de Educação Profissionalizante (CEP Saúde) (RUFO, 2015).

Seguindo o anseio da comunidade, os cursos propostos para a Faculdade foram Agronomia, Administração com foco em Agronegócio, Pedagogia e Enfermagem, no entanto, esses acabaram sendo retirados da proposta e sendo substituídos pelos cursos de Licenciatura em Ciências Naturais e Gestão do Agronomia, foi utilizado o argumento que os alunos ingressantes nos cursos de Agronomia, Administração com foco em Agronegócio, Pedagogia e Enfermagem mudariam de cursos e passariam a frequentar exclusivamente o campus Darcy Ribeiro. Dessa forma, a descentralização da UnB acabaria se tornando ineficaz (MELO, 2009).

Dessa forma, a Faculdade UnB de Planaltina iniciou suas atividades em 2006, apresentava um quadro de 10 professores e 70 alunos matriculados nos cursos de Licenciatura em Ciências Naturais- LCN e Bacharelado em Gestão do Agronegócio – GEAGRO. No ano de 2007, foi criado o curso de Licenciatura em Educação do Campo- LEDOC e no ano seguinte foram criados os cursos noturnos de Bacharelado em Gestão Ambiental- GAM e Licenciatura em Ciências Naturais (SARAIVA; DINIZ, 2012). Rufo (2015) destaca que a FUP, hoje, além

de oferecer esses cursos, apresenta mais seis cursos de pós-graduação: Mestrado em Ciências de Materiais; Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural; Ensino de Ciências; Gestão Pública; Ciências Ambientais e um Doutorado em Ciências Ambientais, assim como projetos de pesquisa e extensão.

2.9 CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS NATURAIS

A Universidade de Brasília passou a ofertar o curso de Licenciatura em Ciências Naturais (LCN) no ano de 2006, após o projeto de expansão da Universidade e os acordos realizados com o governo federal por meio do REUNI. Dessa forma:

O curso de LCN da FUP oferece uma formação pedagógica voltada para as ciências da natureza e para a compreensão da construção do conhecimento, história e cultura, visando à formação de um profissional com atuação ética e responsável na sociedade, com uma visão de ciência como construção humana, dentro de um contexto sócio-histórico e cultural. (NERES, 2015, p.26, apud UnB, 2015)

O curso de Licenciatura em Ciências Naturais apresenta, no período diurno e noturno, um total de 3135 horas, no qual 15 horas correspondem a um crédito. Dos 209 créditos necessários para formação ao final do curso, 149 créditos são de disciplinas obrigatórias e 60 de disciplinas optativas, conforme estabelece as Diretrizes Curriculares para formação de professores para a Educação Básica, as horas são divididas em práticas como componentes curriculares, horas de estágio, horas para os conteúdos curriculares do curso e horas complementares de atividades acadêmicas científico culturais. O período diurno do curso de LCN tem oito semestres, enquanto o período noturno apresenta nove semestres (RUFU, 2015, p.12, apud PPP, 2013).

Caixeta et al. (2011), destacam que o curso de Licenciatura e Ciências Naturais da FUP tem como objetivo formar profissionais para atuarem de forma multidisciplinar e interdisciplinar nas seguintes áreas: biologia, geologia, física, química, educação e matemática, destacando que os professores de ciências devem ser capazes de trabalhar com os fenômenos da natureza de forma integrada.

Segundo Neres (2015), dados fornecidos pela UnB (2015) no período de 2006 a 2014 indicam que os cursos diurnos e noturnos de Licenciatura em Ciências Naturais da FUP

formaram 188 alunos. Apesar do número elevado de professores formados, os cursos de LCN da FUP apresentaram um alto índice de evasão. Dessa forma, dados divulgados pela UnB (2015), no período de 2006 a 2014 formaram-se 188 alunos e evadiram-se 301, logo, o número de alunos evadidos nesses dois cursos é superior ao de formados.

De acordo com estudo realizado por Neres (2015), os principais motivos alegados pelos estudantes de LCN para evadirem do curso são: mudança de curso, falta de integração ou identificação com o curso, dificuldade de conciliar trabalho com estudos, problemas familiares, de saúde e financeiros, localização da FUP, falta de organização e infraestrutura dos cursos, mercado de trabalho não atraente.

Segundo Mendes (2015), certas medidas foram tomadas para tentar diminuir esse número grande alunos evadidos como a criação de bolsas para auxiliar na permanência, auxílio moradia, transporte gratuito entre os campi, auxílios fornecidos para pesquisas e alimentação com custos reduzidos que foi possível com a chegada do restaurante universitário.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL:

Identificar a importância da assistência estudantil, para permanência no curso de Licenciatura em Ciências Naturais, na percepção dos alunos.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Identificar a importância do Estado na manutenção dos estudantes na Educação Superior;
- Caracterizar a Política Social de Assistência Estudantil na Universidade de Brasília;
- Analisar como a Assistência Estudantil estar sendo abordada na Legislação Educacional;
- Compreender o processo de criação e expansão do REUNI.

4. METODOLOGIA

Nesse trabalho nos propomos a analisar a importância da Assistência Estudantil para a permanência dos alunos no curso de Licenciatura em Ciências Naturais do campus UnB Planaltina. Optamos pela metodologia qualitativa, segundo Fazenda (2000, p.58), “Na análise qualitativa a descrição não se fundamenta nas idealizações, imaginações, desejos e nem é um trabalho que se idealiza na subestrutura dos objetos descritos”. Dessa maneira, a análise deve ser feita de forma restrita aos dados apresentados, não permitindo que o pesquisador realize uma interpretação de acordo com suas ideologias políticas ou sociais, por exemplo.

A pesquisa qualitativa possui algumas características, que são comentadas por Godoy (1995, p. 62-63), tais como: os fatos sociais têm que ser observados e analisados inseridos no contexto ao qual pertencem, através de contato direto, desempenhando o pesquisador um papel fundamental na observação, seleção, consolidação e análise dos dados gerados; como os diferentes tipos de dados existentes na realidade são considerados importantes para a compreensão do fenômeno social em estudo, o pesquisador realiza entrevistas, reúne fotografias, desenhos e depoimentos e outros dados que ajudam na descrição do fato; o trabalho é realizado com base na perspectiva que as pessoas pesquisadas têm sobre o objeto de estudo, devendo-se primar pela fidedignidade desses dados obtidos; a análise dos dados computados é feita de forma indutiva e, ao longo dela, dá-se a construção paulatina do quadro teórico, sem a formulação de uma hipótese anterior que precisa ser testada com a pesquisa.

4.1 Participantes

Buscando entender a importância da Assistência Estudantil para a manutenção e conclusão do curso de Ciências Naturais na Faculdade UnB Planaltina, a pesquisa será realizada com alunos que já concluíram (egressos) ou que estejam cursando, e que devido sua condição socioeconômica tenham sido contemplados com algum tipo de auxílio estudantil. Assim, buscaremos entender a importância da assistência estudantil para aqueles que já conseguiram concluir o seu curso e para aqueles estão passando por todos os desafios da graduação.

Neres (2015) aponta que estudos realizados com egressos vêm adquirindo cada vez mais relevância nas políticas públicas educacionais, principalmente pelos organismos governamentais, com intuito de ampliar as ações de controle e fiscalização sobre as instituições de ensino e os sistemas educacionais. Brandalise (2012) destaca que o feedback dos egressos em relação ao ensino ofertado pela instituição é importante para a proposição das mudanças

curriculares, nos processos de ensino aprendizagem, na gestão universitária e para averiguar a trajetória profissional e acadêmica após a conclusão do curso.

4.2 Instrumento de pesquisa

Foi utilizado um questionário para reunir as informações necessárias para realização desse trabalho. Segundo Lakato e Marconi (2003).

questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador; depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo. (pg. 201)

No caso dessa pesquisa o questionário aplicado foi estruturado a partir dos objetivos específicos e enviado aos participantes por meio de correspondência eletrônica (e-mail).

4.3 TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) é um documento encaminhado aos participantes onde tanto o pesquisador quanto eles estabelecem um acordo, para a realização do trabalho e uso das informações coletadas. Para a coleta de dados, foi de extrema importância para o/a participante, saber do que se tratava a pesquisa. Além disso, foi necessário que o/a mesmo/a quisesse de livre e espontânea vontade participar, e assumisse por meio do termo esse consentimento.

4.4 Procedimentos de construção e análise de dados

A presente pesquisa foi realizada com alunos e egressos do curso de Ciências Naturais da Faculdade UnB Planaltina. O convite para participar da pesquisa foi disponibilizado na página do Curso de Ciências Naturais- UnB no Facebook e via e-mail. Foi realizada uma carta de apresentação solicitando a Diretoria de Desenvolvimento Social- DDS Faculdade UnB Planaltina- FUP, a colaboração deste órgão para o envio do questionário aos alunos cadastrados no curso de Ciências Naturais. Devido a mudanças no sistema, a assistência da FUP só pode

disponibilizar os e-mails dos estudos socioeconômicos realizados no ano de 2017, totalizando aproximadamente 120 e-mails.

Dessa maneira, os e-mails enviados para os participantes apresentavam um resumo do que a pesquisa tratava e ao acessar o link para o questionário, no corpo desse apresentava o TCLE, explicando minuciosamente do que se tratava a pesquisa e quais os pontos que ela queria avaliar.

Cada participante da pesquisa respondeu a um questionário individualmente e, quando finalizado, o questionário era enviado para o e-mail do pesquisador, devido ao um sistema de captura de e-mails, cada questionário respondido corresponde a um e-mail, trazendo mais transparência a pesquisa.

Com questionários respondidos, os dados foram analisados, procedendo uma análise estatística descritiva para dados quantitativos e análise de conteúdo para os dados verbais, de forma qualitativa (BARDIN,1979).

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta pesquisa busca analisar a importância da assistência estudantil para a permanência e conclusão do curso de Licenciatura em Ciências Naturais na FUP, por parte dos alunos de baixa renda. Algumas das questões que foram abordadas na pesquisa: Como os graduandos avaliam a importância da assistência estudantil para conclusão do curso? Quais os desafios que eles teriam que superar se não tivessem sido contemplados? De onde vêm os recursos para a manutenção dos Programas de Assistência Estudantil? Entre outras questões.

Ao analisar os dados, percebe-se como os alunos que participam da Assistência Estudantil são mais efetivos nas atividades da comunidade acadêmica e importância da assistência para conclusão do curso e para continuidade da formação profissional desses alunos. Sendo assim, os dados foram divididos por categorias, identidade dos alunos, dos programas no âmbito da universidade, importância dos programas sociais, da seleção, a origem dos recursos.

5.1. IDENTIDADE DOS ALUNOS

Consideramos importante identificar o perfil dos 17 estudantes respondentes dessa

pesquisa, nesse sentido foram levantadas informações acerca do gênero.

Gráfico 1: Quantidade do sexo masculino e feminino

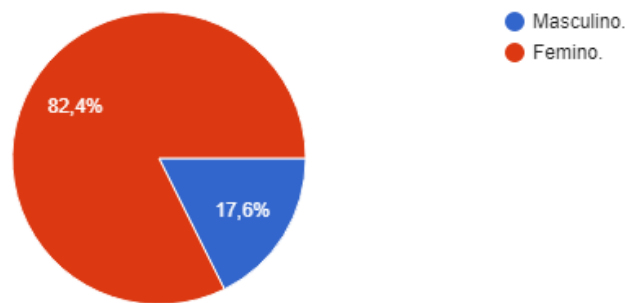


Figura 1; Pesquisa realizada com estudantes do curso de Ciências Naturais.

Dos 17 questionários respondidos, nota-se que 14 foram respondidos pelo sexo feminino correspondendo a 82,4%, e o restante pelo sexo masculino que correspondem a 17,6%. Os dados da pesquisa reafirmam uma realidade que vem se mostrando presente nas últimas décadas, tanto no ensino superior como no mercado de trabalho: o crescimento do número de mulheres nessas áreas, como mostra o Censo da Educação Superior do INEP de 2016. O que corrobora a tese de que a assistência social, além de dar condições para que alunos de baixa renda possam utilizar o ensino superior como uma forma da ascensão social, também auxilia as mulheres como uma ferramenta de empoderamento, na luta contra a desigualdades relacionadas ao gênero.

O último Censo da Educação Superior de 2016, revelou que as mulheres já representam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação. Um número superior ao apresentado no Censo da Educação Superior de 2006, quando as mulheres representavam 56,4% das matrículas em cursos de graduação. Já na docência, os homens são maioria. Dos 384.094 docentes da Educação Superior em exercício, 45,5% são mulheres (BRASIL, 2016).

Alguns autores ressaltam que embora a presença da mulher no ensino superior tenha aumentado nas últimas décadas no Brasil, ainda existe discriminação. No entanto, essa discriminação não se caracteriza mais pelo impedimento do acesso ao ensino superior. A discriminação passou a ocorrer na escolha das áreas de atuação profissional, ocorrendo

verdadeiros “guetos” dominados pelo sexo masculino (PEREIRA; FAVAR, 2017).

As preferências quanto à escolha dos cursos foram se construindo ao longo do processo de escolarização dos sujeitos femininos e masculinos, dando origem a áreas demarcadas como mais ‘femininas’, como a área das ciências humanas e a maior parte dos cursos da saúde, ou mais ‘masculinas’, como aqueles da área das ciências exatas e carreiras tecnológicas (ÁVILA; PORTES, 2009, p. 95).

A presença das mulheres no ensino superior deu-se de maneira muito tardia. Durante o século XIX, quando as primeiras faculdades foram construídas no país, ainda que algumas permitissem a entrada de mulheres, ocorria um forte receio pela sua emancipação ou pelo que sua exposição pública poderia ocasionar. Logo, demonstra também a persistência de relações pautadas no sistema patriarcal, uma característica forte da formação cultural do Brasil. Dessa forma, ocorre que somente do século XX, por volta de 1960, que as mulheres começaram a ter presença, de fato, no ensino superior no Brasil (PEREIRA; FAVAR, 2017).

Portanto, a presença tardia das mulheres no ensino superior, apresenta como um dos fatores que explicam a formação de “guetos” profissionais dominados pelo sexo masculino e a defasagem salarial entre homens e mulheres, no mercado de trabalho. Dessa forma, as políticas de assistência estudantil mostram-se como uma ferramenta eficaz no combate a essas desigualdades de gênero ainda existentes, possibilitando meios para que as mulheres consigam galgar o seu espaço profissional e reduzir a desigualdade social ainda existente.

5.1.2 ESTUDANTES

Dos questionários respondidos nota-se que 6 foram respondidos por egressos do Curso de Ciências Naturais, os outros 11 foram respondidos por graduandos do curso. É de suma importância a participação dos egressos para a pesquisa, pois, além de já terem passado por todas aquelas etapas da graduação, podendo ter um opinião mais concreta da importância da assistência estudantil para sua formação, podemos rastrear o caminho da formação profissional desse aluno, no caso se ele continua a investir na sua formação profissional, realizando especializações ou se ele encerrou na graduação.

A pesquisa buscou analisar como ocorre a participação dos alunos atendidos pelos programas de assistência estudantil nas atividades da comunidade acadêmica. Deste modo, dos 17 participantes da pesquisa, 73,3% disseram que realizaram atividades de monitoria. A

monitoria mostra-se como uma ferramenta importante na formação do aprendizado, pois auxilia na compreensão e produção de conhecimento por parte dos estudantes (SCHNEIDER, 2006).

Outros 73,3% disseram que participaram ou participam de projetos de extensão e 40% disseram que participam ou participaram de projetos de pesquisa, o que demonstra como os alunos beneficiados pela assistência estudantil tem um envolvimento alto com as atividades da comunidade acadêmica. De acordo com Fonaprace (2012), as ações de Assistência devem ser desenvolvidas a partir de ações de assistência básica e também de assistência estudantil buscando alinhar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, objetivando, fundamentalmente, a melhoria do desempenho acadêmico e a qualidade de vida do estudante no contexto da Educação Superior.

Gráfico 2: Atividades que os alunos participaram

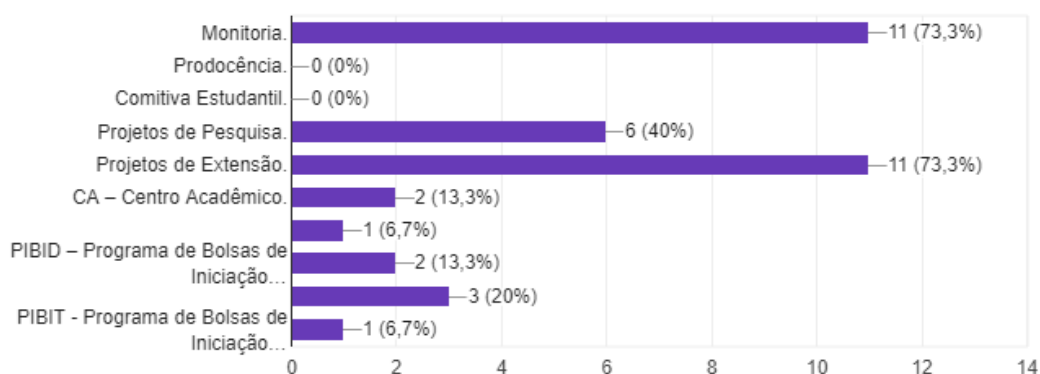


Figura 2; Pesquisa realizada com estudantes do curso de Ciências Naturais.

O número elevado de estudantes beneficiados pelos programas de assistência estudantil participando diversas atividades acadêmicas, tem, entre uma das justificativas, a possibilidade de destinar uma maior parcela do seu tempo a sua formação profissional. Pois, como suas necessidades básicas são asseguradas pelos programas de assistência estudantil, possibilita que esses estudantes se dediquem mais às atividades da vida acadêmica. Os fundamentos dessa política podem ser encontrados, no Artigo 4º do Decreto nº 7.234/2010, no parágrafo único, as ações do PNAES devem:

Considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir,

preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Os dados da pesquisa mostram que as políticas de assistências estudantil, implantadas na Faculdade UnB Planaltina estão conseguindo alcançar um dos seus objetivos, que é a possibilidade de um maior participação por parte de alunos de baixa renda a pesquisas, atividades de extensão, etc, entre outras atividades importantes realizadas pela comunidade acadêmica.

5.2 PROGRAMAS SOCIAIS

A pesquisa buscou constatar quais os auxílios foram mais utilizados pelos estudantes. Entre os três mais conhecidos pelos estudantes da Faculdade UnB de Planaltina, destacamos que 87.5 % disseram que receberam auxílio permanência, outros 87.5 % disseram que receberam auxílio alimentação e 43.8% disseram que receberam auxílio moradia.

Dentre os participantes desse estudo, destacamos o número elevado de estudantes contemplados com o auxílio permanência e alimentação. Esse auxílio criado pela Portaria nº 389, de 09 de maio de 2013, do MEC, tem como finalidade minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e conclusão de curso dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica e estudantes indígenas e quilombolas.

Outro auxílio em destaque foi o Alimentação que junto com e o Moradia, fazem parte dos pilares da PNAES, regulado pelo no Decreto nº 7.234 de 2010, que regula a assistência estudantil em âmbito nacional. À medida que foram ampliadas as vagas para estudantes vindos de escolas públicas e considerados em situação de vulnerabilidade socioeconômica, surgiu a necessidade da implementação de políticas que possibilitem a permanência desses universitários, compreendendo o acesso e a permanência como partes indissociáveis de um processo contínuo (DUTRA; SANTOS, 2017).

5.2.1 DOS PROGRAMAS NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE

A pesquisa buscou analisar como os estudantes têm acesso a informações sobre os Programas de Assistência Estudantil. Os resultados da pesquisa constataram que alguns veículos importantes de informação não estão tendo a efetividade que era de se esperar. Nenhum

um aluno que participou da pesquisa disse que se informa sobre os editais abertos para os auxílios estudantis pelo portal Universidade de Brasília na internet. O que demonstra que esse meio importante de informação não está alcançado uma parcela importante da comunidade acadêmica.

Nenhum aluno disse também, que utiliza dos murais informativos da Faculdade UnB de Planaltina, para informar-se sobre os Programas de Assistência Estudantil, o que aparenta indicar uma falta de conexão entre os canais de informação da Universidade e os estudantes. Os dados revelam que os principais meios de informação institucional não são acessados. Entretanto, importante destacar que os informativos da assistência estudantil que compõem o campo da comunicação institucional são os que apresentam significativo número de acesso, possivelmente por ser um canal específico direcionado a essa temática.

Gráfico 3: Como tomou conhecimento das políticas da assistência estudantil

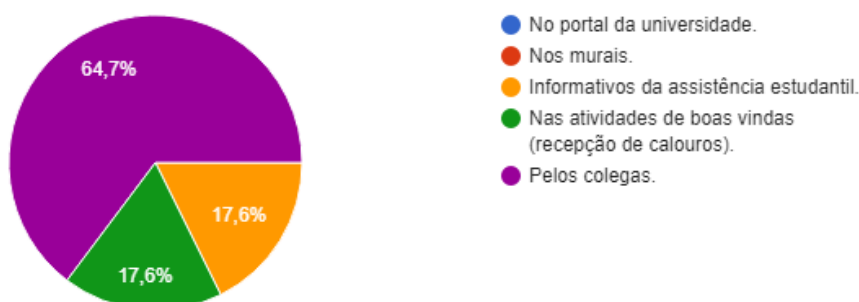


Figura 3; Pesquisa realizada com estudantes do curso de Ciências Naturais.

Os resultados demonstraram que 64,7% dos alunos, informam-se dos acontecimentos relativos a assistência estudantil por meio de colegas. Ou seja, informações relativas a editais abertos, prazos para assinatura de termos etapas do processo de seleção são obtidos entre os próprios pares.

Outros 17,6%, disseram que tiveram acesso a informações sobre as políticas de assistência estudantil nas atividades de boas-vindas (recepção dos calouros).

Por fim, apenas 17,6% dos participantes da pesquisa disseram que utilizam os informativos da assistência estudantil para se informar. Esse número pequeno de pessoas que buscam informações na assistência estudantil já foi objeto de análise em outras pesquisas,

MARINHO (2016), “Um Estudo Sobre a Percepção Dos Usuários Acerca Da Política Nacional De Assistência Estudantil Na DDS/UnB”, descreveu o relato de um dos participantes da pesquisa:

Sim, até hoje tenho dificuldades. Eu recebia a bolsa alimentação e a bolsa moradia (pecúnia), porém após um tempo fui desligada da bolsa moradia, pois não assinei o tempo de renovação. Um termo que a DDS não dá informação alguma. Os alunos devem correr atrás de saber quando devem assinar para não perderem esse auxílio (...).

Os resultados da pesquisa mostram que tanto os canais institucionais de informação da Universidade, quanto os órgãos responsáveis pela assistência estudantil, não estão conseguindo transmitir informações com eficiência sobre as políticas de assistência estudantil de forma a alcançar com efetividade a todos os estudantes que necessitam desses programas assistenciais.

5.3 IMPORTÂNCIA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Gráfico 4: Importância da assistência estudantil para conclusão do curso

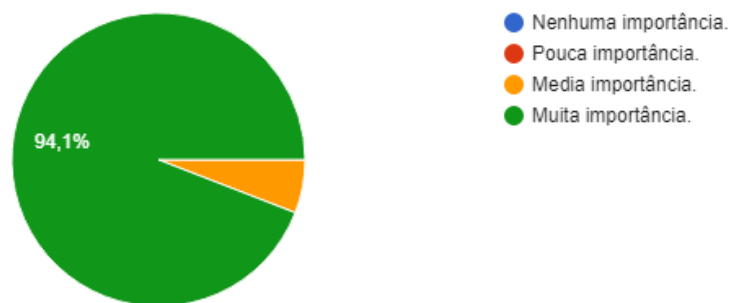


Figura 4; Pesquisa realizada com estudantes do curso de Ciências Naturais.

Foi questionado aos participantes da pesquisa, a importância da assistência estudantil para sua permanência e conclusão da graduação. Dos participantes da pesquisa 94,1%, responderam que a assistência estudantil tinha “Muita Importância” e outros 5,9%, disseram que assistência estudantil tem “Média Importância”. Os dados destacam que quase 100% dos alunos consideram a assistência estudantil, como um fator de importância fundamental na sua permanência e conclusão da graduação.

Esse grau de importância que estudantes dão para assistência estudantil, fica evidente quando perguntados sobre a importância dessa, para graduação de alunos de baixa renda.

É extremamente importante, por que a UnB nos exige bastante tempo de

dedicação para nos formamos no tempo programado e com isso não nos resta tempo para trabalhar em outro local (...). A assistência estudantil com certeza contribui para permanência e disposição de pessoas de baixa renda fazerem o ensino superior. (Participante1)

A Universidade de Brasília, devido ao alto nível de exigência, não possibilita, a maioria dos cursos, que os estudantes trabalhem e estudem. Nesse sentido, a universidade necessita de políticas públicas que garantam benefícios para que possibilite que esses estudantes consigam concluir a sua graduação, caso contrário, os estudantes iram abandonar os estudos. Tornando assim, uma universidade para poucos. (Participante 7)

Em outro relato o estudante chama atenção para dificuldade que é estudar e trabalhar, e como isso interfere no desempenho acadêmico:

Esses auxílios permitem que o/a estudante se dedique a Universidade sem maiores preocupações como trabalho ou outras fontes de renda. Já trabalhei durante o dia e estudava a noite nos primeiros semestres e o desempenho acadêmico ficou comprometido, pois estudar durante a semana é quase impossível, sem contar a sono e a falta de disposição para assistir as aulas. (Participante 2)

Também há críticas sobre a forma que as Políticas de Assistência Estudantil, são tratadas pelos governantes:

A assistência estudantil determina a continuidade dos estudantes na UnB. Isso é fato, com o enfraquecimento dessa política, os estudantes correm um sério risco de não conseguirem entrar ou permanecer nos cursos. Na minha opinião isso não é uma crise, e sim um projeto para que a educação não seja democratizada e o país não continue a caminhar. (Participante 3)

Deste modo, os participantes ressaltam a importância da assistência estudantil para os alunos de baixa renda. Pois, os alunos que não são contemplados pelos auxílios estudantis e têm que trabalhar para garantir sua permanência na universidade, acabam por ter sua formação prejudicada em relação aos demais alunos, pois o período em que eles estão trabalhando impossibilitam que participem de atividades de pesquisa, extensão, monitoria, etc, além do tempo de dedicação à leitura, estudo, aprofundamento do aprendizado e realização dos trabalhos. Atividades que são importantes para o enriquecimento do currículo profissional do estudante.

5.4 DA SELEÇÃO PARA OS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Os participantes ao serem perguntados se consideram o processo de seleção para programas da assistência estudantil eficientes, 35% disseram que “não” e aproximadamente 65 % disseram que “sim”. As principais justificativas, tanto para os que consideram o sistema eficiente quanto para os que não consideram, são:

Para os alunos que consideram o sistema eficiente, argumentam que o mesmo está conseguindo realizar as suas funções, que no caso seria atender alunos que necessitam dos programas assistências:

Sim, pois a inserção nos programas ocorre por diversas etapas e avaliação multidisciplinar. (Participante 5)

SIM. Faz uma análise sócio econômica dos alunos e está aberta a dados qualitativos em entrevista com o assistente. (Participante 6)

Sim. Na FUP acredito que seja, pois contempla uma boa parte dos estudantes que realmente precisa. (Participante 7)

No entanto, mesmo para os estudantes que consideram o sistema de seleção eficiente, há ressalvas sobre os critérios de seleção e comprovação da veracidade das informações prestadas nos estudos:

Sim, não possui muitas informações sobre o processo, mas acredito que sim. (Participante 3)

Sim, porém falta acompanhamento da assistência estudantil para verificar se de fato o estudantes está frequentando a Universidade. Falta também, critério de quantidade de créditos mínimos necessários em todos os semestre o estudantes tenha que cumprir. (Participante 8)

Os estudantes que não consideram o processo eficiente têm entre os principais argumentos, o que eles consideram uma espécie de fragilidade da assistência estudantil para investigar possíveis fraudes nos processos de seleção dos programas:

Não. Acredito que esses programas deveriam ser melhor analisados. Falta muita transparência e temos casos de estudantes que não precisam e vivem fraudando esses processos. (Participante 2)

Não. Sabemos de casos onde as pessoas não precisam, mas recebem e pessoas que precisam e não recebem. Alguns dos documentos pedidos não provam quase nada e é muito fácil omitir informações sobre renda. (Participante 4)

não tanto. Ainda é possível ver pessoas/ alunos "fraudando" comprovantes, e às vezes pessoas que não necessitam tanto acabam sendo selecionados. (Participante 12)

Desta maneira, ao analisar os dados constata que os alunos têm críticas em relação ao

sistema de seleção utilizado nos programas de assistência estudantil. Principalmente, em relação à facilidade em fraudar o sistema de seleção, o que acaba por prejudicar a confiança no programa.

5.4.1 DAS ETAPAS DO PROCESSO DE SELEÇÃO

Ao serem questionados se conheciam as etapas do processo de seleção para a assistência estudantil, apenas 52,9% disseram que conheciam o processo, 23,5% disseram que não e outros 23,5 disseram que talvez. Chama atenção o número elevado de estudantes que desconhecem os processos de seleção da assistência estudantil.

Gráfico 5: Etapas do processo de seleção

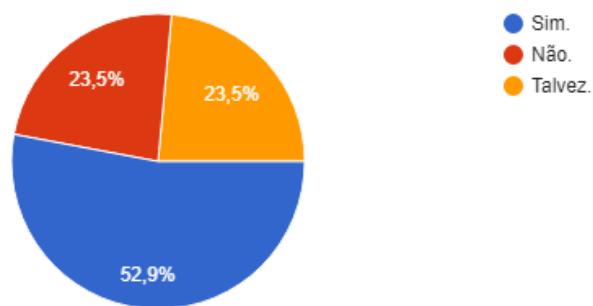


Figura 5; Pesquisa realizada com estudantes do curso de Ciências Naturais.

Esse desconhecimento dos processos de seleção tem relação direta com os veículos de comunicação da Universidade. Já analisamos em outro momento dessa pesquisa que nenhum aluno que respondeu o questionário utilizou o portal da universidade ou os murais informativos da Faculdade para se informar sobre as políticas ou processos de seleção da assistência estudantil. Portanto, há uma forte relação entre o desconhecimento do processo de seleção com obtenção de informação de qualidade vinda da Universidade.

5.5 ORIGEM DOS RECURSOS

Gráfico 5: Origem dos recursos da assistência estudantil

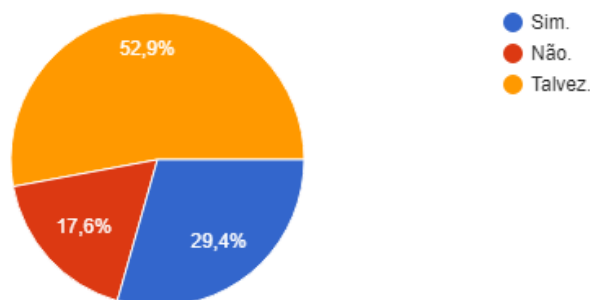


Figura 6: Pesquisa realizada com estudantes do curso de Ciências Naturais.

Os participantes foram questionados se conheciam a origem dos recursos que mantem os programas de assistência estudantil, apenas 29,4% dos participantes disseram que conheciam, 17,6% disseram que não e 29,4% disseram que talvez. Somando a quantidade de participantes que disseram “Não” e “Talvez”, temos que aproximadamente 70% dos participantes não conhecem efetivamente a origem dos recursos que mantem os programas de assistência estudantil.

Esse desconhecimento de questões básicas relacionadas a processos políticos simples da Universidade, ao que parece, pode estar relacionada ao desinteresse dos estudantes por esse tema ou a falta de debates da comunidade acadêmica sobre questões importantes relacionadas a Universidade.

Os recursos destinados aos programas de assistência estudantil no âmbito das instituições públicas de ensino superior são oriundos do governo federal. Apesar do PNAES ser um programa de âmbito nacional, cada universidade tem autonomia para utilizar os recursos da maneira que achar mais pertinente, de acordo com suas especificidades e contextos ao qual estejam inseridas (BRASIL, 2010).

Os recursos para a educação vêm sofrendo sucessivos cortes durante os últimos anos. Nos últimos 5 anos, o governo federal cortou em mais de 60% os investimentos em educação. No ano de 2013, o investimento foi de aproximadamente R\$ 13,6 bilhões, mas diminuiu para R\$ 4,5 bilhões no ano de 2018 (BRASIL, 2018d). Essa redução drástica nos recursos para educação no último ano tem como um dos motivos a emenda constitucional 95/2016, que limita os gastos

públicos do governo federal por 20 anos (BRASIL, 2018d).

A proposta (PEC 241/16) foi encaminhada pelo governo Temer ao Legislativo com o objetivo de trazer equilíbrio as contas públicas. Por meio de um rigoroso mecanismo de controle de gastos determinava que, a partir de 2018, as despesas federais só poderiam aumentar de acordo com a inflação acumulada conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), essa proposta foi aprovada pelo legislativo tornando-se a emenda constitucional 95/2016. Algumas despesas não ficaram sujeitas ao teto, como o caso das transferências de recursos da União para Estados e municípios, gastos para realização de eleições e verbas para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Profissionais da Educação Básica (Fundeb) (BRASIL, 2018d).

Os cortes realizados nos recursos para educação têm impacto direto no orçamento das instituições de ensino superior, repercutindo nos programas de assistência estudantil e nos projetos de expansão dos *campi* universitários. De acordo, com o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior-ANDES-SN, foi realizada uma enquete com dirigentes de campi de Instituições de Ensino Superior (IES), que relataram as dificuldades na gestão dos *campi* das IES fora da sede, essas dificuldades acentuaram-se com a crise econômica e com a Emenda Constitucional (EC) 95/16. Os principais problemas apontados pelos dirigentes estão: a falta de infraestrutura, de recursos humanos e de orçamento. Para Jacob Paiva, 1º secretário do ANDES-SN.

É necessário que as nossas seções sindicais façam um levantamento dessa precarização, do corte nos orçamentos e como isso impacta no ensino, na pesquisa, na extensão, nas bolsas e na assistência estudantil, para que possamos levantar cada vez mais elementos da realidade e confrontar os dados com os discursos oficiais do governo e dos parlamentares.

Dessa maneira, ressalta-se a importância do debate sobre fim da emenda constitucional 95/16, pois a possibilidade que vários *campi* sejam fechados por falta de recursos para sua manutenção mostra-se real (ANDES-SN, 2018).

Os participantes da pesquisa ao serem questionados se conheciam a emenda constitucional 95/016, apenas 35,3% responderam que “Sim” e outros 64,7% responderam que “Não”. Esse índice alto de participantes que não conhecem a emenda tem repercussão direta no número de participantes que não sabem das implicações dessa emenda nos programas de assistência estudantil. Dos entrevistados, 64,7% disseram não saber das implicações, outros 17,6% disseram talvez e apenas 17,6% disseram que sabem das implicações.

A análise desses dados torna-se interessante, pois essa emenda constitucional tem atuação direta nos interesses dos estudantes, tanto em relação ao futuro dos *campi* onde eles estudam, como sua permanência nesse. E o desconhecimento desses alunos de questões tão relevantes demonstra a falta de análise sobre as informações fornecidas pelos veículos de informação, tanto da imprensa, como do Estado e formulação de uma opinião crítica, seja por iniciativa individual ou por meio de ações em grupo, palestras, debates, rodas de conversa (CAPURRO, 2003).

5.6 REUNI

O Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) foi instituído a partir do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e é parte integrante do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) (BRASIL, 2010). Este programa tem como meta o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que possam proporcionar a redução das desigualdades sociais no país (BRASIL, 2018c).

A Faculdade UnB Planaltina não foi criada a partir do Reuni, mas esse programa possibilitou a construção de novos prédios e criação de cursos noturnos, dessa maneira, possibilitando que a faculdade oferecesse uma maior quantidade de vagas para comunidade de Planaltina. Sendo assim, destacando a importância do Reuni para o câmpus da faculdade UnB Planaltina, foi questionado aos participantes “*Se eles consideravam importante ter um campus da UnB, fora da região do Plano Piloto*”.

Nos relatos dos participantes, notamos a importância que eles dão a proximidade do câmpus com a comunidade de Planaltina, e o custo que seria o deslocamento até o campus do Plano Piloto, caso não houvesse a Faculdade UnB Planaltina:

Com certeza, por que é mais próximo da região onde minha família reside e em Brasília (Plano Piloto) o custo de vida é mais alto. (Participante 1)

Sim, pois há mais oportunidades para comunidade local, devido a facilidade em relação a distância. (Participante 3)

Sim. Pois facilitou para o público local. Facilidade de locomoção e com a oferta diferenciada a alunos da próprio região no acréscimo da nota. (Participante 6)

Sim, muito importante! Porque eu moro em área rural, e essa expansão possibilitou que tivesse um campus mais próximo da minha residência. (Participante 12)

Outra questão que foi levantada com os participantes foi em relação ao fato que o Reuni tem como objetivo assegurar o acesso e a permanência na Educação Superior. Dessa forma, foi perguntado se eles consideram possível alcançar esses objetivos do Reuni com a emenda constitucional 95 em vigor.

Como foi já foi mencionado nessa pesquisa, 64,7% dos participantes disseram não conhecer a EC 95/16. Dessa maneira, alguns participantes não opinaram sobre essa questão e justificaram dizendo desconhecer o tema:

Não conheço a ECO 95 para discursar sobre. (Participante 1)

não conheço a EC95. (Participante 5)

Não tenho conhecimento da EC 95. (Participante 8)

Não posso afirmar, pois não conheço a EC 95. (Participante 9)

Analisando as respostas sobre a questão levantada, apenas um dos participantes considera que é possível com a EC 95/16, assegurar o acesso e a permanência na educação superior. Ele justifica sua resposta dizendo que se o programa não consegue manter se dentro de um teto de gastos do governo federal, ele deve ser repensado:

Sim. A EC 95 faz com que o país não gaste mais do que arrecada (acho meio louco que precisa de uma EC para isso), se um programa não pode ser mantido dentro desse parâmetro (de ser mantido dentro do orçamento) ele precisa ser repensado. A grande furada dessa EC 95 é que ela coloca dentro do orçamento apenas saúde e educação, ao que deveria fazer isso em todas as áreas. (Participante 11)

Na visão de outros participantes, não é possível com a EC 95/16 assegurar o acesso e a permanência na educação superior. Justificam dizendo que os cortes realizados na educação têm maior impacto nos *campi* fora das suas sedes, em que a sua maioria foram construídos pelo Reuni.

Não! O REUNI infelizmente está sofrendo um desmonte do qual será difícil superar. Com a EC 95, todos os gastos que são para a população foram

reduzidos e o REUNI foi um dos que sofreu o maior baque nessa tragédia.
(Participante 6)
Não acredito, pois com a EC 95 infelizmente os cortes são tão grotescos que atingem principalmente os campi menores, onde necessita de mais recursos pois são onde encontram estudantes de mais baixa renda.
(Participante 2)

A análise dos dados mostra que os estudantes não estão conseguindo relacionar acontecimentos sociopolíticos do atual momento que vive o Brasil, com o contexto social que vem ocorrendo na Universidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou analisar a importância da assistência estudantil para a permanência e conclusão do curso de Licenciatura em Ciências Naturais da Faculdade UnB Planaltina - FUP, por parte dos alunos de baixa renda. Os resultados evidenciaram que a assistência estudantil, para a maioria dos estudantes contemplados com os auxílios, é um dos principais fatores que possibilitaram a permanência e conclusão do Curso de Licenciatura em Ciências Naturais.

A pesquisa evidenciou que a maioria dos estudantes contemplados pelos auxílios estudantis são mulheres. Dessa forma, os auxílios estão trabalhando como uma ferramenta de empoderamento, visto que as mulheres só tiveram o direito de ingressar no ensino superior no Brasil, efetivamente, no século passado. A possibilidade que mais mulheres consigam manter-se no ensino superior e concluí-lo é um dos fatores que pode contribuir na diminuição das desigualdades que ocorrem hoje, tanto no mercado de trabalho quanto na sociedade, relacionadas ao gênero feminino.

Destaca-se a importância dos auxílios permanência e alimentação, pois esses programas garantem que as condições mínimas de subsistência dos estudantes sejam asseguradas, proporcionando um maior tempo de dedicação às atividades acadêmicas. Dessa forma, os resultados da pesquisa demonstraram que a grande maioria dos participantes participam ou participaram de pesquisas no período de graduação, reforçando o caráter dos programas de assistência estudantil que além garantir permanência desses estudantes nos cursos superiores, fornece ferramentas para que eles possam envolver-se em pesquisa, atividades de extensão, projetos, etc. Proporcionando um enriquecimento da sua formação profissional.

É notável a percepção que os alunos têm dos programas relacionados a assistência estudantil. Aqui destacamos que a maioria dos alunos não se informa dos processos relacionados a assistência por meio dos veículos oficiais de comunicação da universidade. Dessa forma, acaba que número expressivo de alunos não conhecem o processo e os critérios utilizados para a seleção dos estudantes para os respectivos auxílios da assistência estudantil. Destaca-se também o desconhecimento por parte de muitos estudantes de decisões políticas que interferem diretamente no funcionamento da Faculdade UnB Planaltina e como isso pode interferir na sua permanência e conclusão do curso.

Os dados da pesquisa revelam que a assistência estudantil tem uma importância relevante na permanência e conclusão do curso de Licenciatura em Ciências Naturais da Faculdade UnB Planaltina - FUP, por parte dos alunos de baixa renda. Destaca-se a importância de uma reestruturação na forma de comunicação da Universidade com os estudantes, possibilitando um maior acesso a informações de qualidade, tanto em relação aos processos seletivos relacionados a assistência estudantil, quanto sociopolíticos relacionados à Universidade.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDES-SN. **Emenda Constitucional 95 aumenta precarização de campi afastados.** Disponível em: << <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=9536>>>. Acesso em: 29/10/18.

ARANHA, M. L. A. **História da Educação.** 2 ed. São Paulo: Moderna, 1996.

ASSIS, L. R. S. de. **Perfil de evasão no ensino superior brasileiro: uma abordagem de mineração de dados.** 2017. xix, 134 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Computação Aplicada) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

ÁVILA, R. C.; PORTES, E. A. **Notas sobre a mulher contemporânea no ensino superior.** Mal-Estar e Sociedade, Barbacena, ano II, n. 2, p. 91-106, Jun. 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Ed. 70, 1979.

BRANDALISE, M. A. T. **Avaliação dos Cursos de Graduação na Perspectiva dos Egressos: Um Indicador de Avaliação Institucional.** X ANPEDE SUL, Ponta Grossa PR, p. 11, 2012.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 15/11/18.

BRASIL. **Lei de diretrizes e Bases da Educação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> . Acesso em: 15/11/18.

BRASIL. **Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>>. Acesso em: 15/11/18.

BRASIL. **Lei nº 3.998 que cria a Universidade de Brasília UnB**. Disponível em:<<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3998-15-dezembro-1961-376850-publicacaooriginal-1-pl.html>>>. Acesso em: 15/11/18.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 389, de 09 de maio de 2013, o MEC cria o Programa de Bolsa Permanência – PBP**. Disponível em: <<http://sisbp.mec.gov.br/docs/Portaria-389_2013.pdf>>. Acesso em: 15/11/18.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Fundo de Financiamento estudantil (FIES)**. BRASIL, 2018a. Disponível em: <<<http://sisfiesportal.mec.gov.br/>>>. Acesso em: 15/11/18.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Programa Universidade para Todos (PROUNI)**. BRASIL, 2018b. Disponível em: <<<http://prouniportal.mec.gov.br/>>>. Acesso em: 15/11/18.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**. BRASIL, 2007a. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 26/06/18.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Diretrizes Gerais**. Brasília: BRASIL, 2007b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: 26/05/18.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **(CENSO 2016) Mulheres são maioria na Educação Superior brasileira**. BRASIL, 2016. Disponível em; <<http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mulheres-sao-maioria-na-educacao-superior-brasileira/21206>>. acesso em: 17/10/2018

BRASIL. Câmara Legislativa Federal. **Promulgada emenda constitucional do teto dos gastos públicos**. BRASIL, 2018D. Disponível em: <<<http://www2.camara.leg.br/camارانoticias/noticias/ECONOMIA/521413-PROMULGADA-EMENDA-CONSTITUCIONAL-DO-TETO-DOS-GASTOS-PUBLICOS.html>>>Acesso em: 29/10/18.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC) **O que é o REUNI**. BRASIL, 2018c. Disponível em: << <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>>>. Acesso em: 30/10/18

BRITO, M. I. L. **Implementação do Reni na UnB (2008 – 2011): Limites na ampliação de vagas e redução da evasão**. Brasília, 2013

CAIXETA. E. J.; SILVA. R. O. da; SANTOS. N. L. F. dos; FREITAS. L. S.; NASCIMENTO. P. O.; ANJOS L. F. R. **Extensão Universitária: espaço privilegiado para acompanhamento de egressos. O caso do curso de Ciências Naturais na Faculdade UnB Planaltina**. Planaltina - DF, novembro de 2011.

CANCIO, L. A. **Análise das políticas institucionais de acesso e permanência dos alunos de graduação a distância na UnB**. 2017. 95 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) —Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

CANÇADO, A. S. **Orçamento da Universidade de Brasília: reflexos do Programa REUNI**. 2015. 48 f., il. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

CAPURRO, R. **Epistemologia e Ciência da informação**. In: **V ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, 5, Belo Horizonte, 2003. Anais... Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003. 1 cd-rom.

COSTA, M. R. **Percepção dos professores dos estudantes de biologia e licenciatura em Ciências Naturais sobre o curso de ciências naturais- Fup**.2015. 21 f. il. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Naturais) - Universidade de Brasília, Planaltina-DF, 2015.

DUTRA, N. G. do R.; SANTOS, M. F. S. **Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções**; 2017

FAZENDA, I. **Metodologia da Pesquisa Educacional**. São Paulo: Cortez, 2001.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS – FONAPRACE. **Elementos conceituais para pensar a política de assistência estudantil na atualidade**. In: **FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS – Fonaprace**. Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares. Uberlândia: UFU-PROEX, 2012. p.147-57.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (FUB). **Decanato de Ensino de Graduação. Diretoria Técnica de Graduação**. Guia do calouro 2º 2004. Disponível em: < http://www.unb.br/administracao/decanatos/deg/downloads/index/guia_calouro_2_2014.pdf>. Acesso em: 29/06/ 18.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (FUB). **Decanato de Ensino de Graduação. Documento aprovado na Da 339ª. Reunião Do Conselho Universitário**. Brasília: Disponível em: <http://www.unb.br/administracao/decanatos/deg/downloads/reuni/doc_reuni_novo.pdf>. Acesso em: 29/06/ 18.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (FUB). **Reforma do Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Naturais – Diurno**. Brasília, Janeiro 2013. Disponível em: << <http://fup.unb.br/ciencias-naturais/>>>. UNB, 2018A Acesso em: 16/10/2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (FUB). **Reforma do Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Naturais – Noturno**. Brasília, Janeiro 2013. Disponível em: << <http://fup.unb.br/ciencias-naturais/>>>. UNB, 2018B Acesso em: 16/10/2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (FUB). **Restaurante Universitário**. Disponível em: << <https://ru.unb.br/index.php/ru-serve-cerca-de-11mil-refeicoes-dia>>> UNB, 2018C. acesso em: 22/10/18

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (FUB). **Unb idiomas**. Disponível em: << <http://www.dds.dac.unb.br/index.php/linguas-estrangeiras>>> UnB, 2018D. acesso em: 22/10/18.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GODOY, A. S. **Pesquisa Qualitativa - tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo: RAE, v. 35, p. 20-29, maio/jun. 1995.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003

MARTINS, H. H. T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. In: **Educação e Pesquisa** v.30, n.2, p. 287-298, mai/ago, 2004.

MARINHO, F. L. **Um estudo sobre a percepção dos usuários acerca da política nacional de assistência estudantil na DDS/UnB**. 2015. 79 f., il. Monografia (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

MENDES, A. G. **Importância e função da faculdade UnB Planaltina: um estudo sobre a percepção dos graduandos de Ciências Naturais**. 2015. 17. F., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Naturais) - Universidade de Brasília, Planaltina-DF, 2015.

MELO, L. V. de S. **Democratização do acesso à educação superior e pública no Distrito Federal - Universidade de Brasília/Faculdade UnB Planaltina**. 178 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

NERES, I. V.; **Comparação do perfil e da situação entre o aluno evadido e o egresso da faculdade UnB Planaltina FUP**. Dissertação de Mestrado Universidade de Brasília 2015.

OLIVEIRA, H. Cid. **Gastos Públicos Federais x Ensino Superior x Expansão Da Universidade De Brasília** – Unb. 68 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia,

Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

OLIVEN, A. C. **Histórico da educação superior no Brasil**. In M. S. A. Soares (Org.), *Educação superior no Brasil* (pp. 31-42). Brasília, DF: CAPES. 2002.

PEREIRA, A. C. de F.; FAVAR, N. de A. L. **HISTÓRIA DA MULHER NO ENSINO SUPERIOR E SUAS CONDIÇÕES ATUAIS DE ACESSO E PERMANÊNCIA**. Fundação Araucária, 2017.

RUFO, G. F. **Motivos de estudantes para o ingresso e permanência no Curso de Licenciatura em Ciências Naturais**. 2015. 31 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Naturais) - Universidade de Brasília, Planaltina- DF, 2015.

SANTO, L. A. dos. **A permanência das/dos estudantes nas políticas de assistência estudantil da Universidade de Brasília**. 2016.79 f., il. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

SANTOS, J. P. dos. **Licitação e variação dos preços: uma análise de obras do REUNI**. 2015. 56 F. Monografia (Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas) Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SARAIVA R. C. F.; Diniz. J. D. A. S. **Universidade de Brasília: Trajetória da Expansão nos 50 anos**. Brasília - DF: Gráfica e Editora Movimento. 2012

SCHNEIDER, M.S.P.S. **Monitoria: instrumento para trabalhar com a diversidade de conhecimento em sala de aula**. Revista Eletrônica Espaço Acadêmico, v. Mensal, p.65, 2006.

SGUISSARD, Valdemar. **Educação Superior: Velhos e Novos Desafios**. São Paulo: Xamã, 2000.

VASCONCELOS, N. B. **PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL AO LONGO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**. Revista da Católica, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2009.

APÊNDICE

Questionário de TCC

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada “Importância das Políticas de Assistências Estudantis na Manutenção e Conclusão do Curso de Ciências Naturais”. A proposta dessa pesquisa é analisar a importância da assistência estudantil para a permanência e conclusão do curso de Licenciatura em Ciências Naturais na FUP, por parte dos alunos de baixa renda. Algumas questões que desejamos conhecer são: como os graduandos avaliam a importância da assistência estudantil para conclusão do curso, quais os desafios que eles teriam que superar se não tivessem sido contemplados.

A relevância desta pesquisa, está nos recentes cortes verbas que a educação superior vem sofrendo nos últimos anos. O que acaba interferindo diretamente na abrangência dos programas assistência estudantil, das instituições públicas de ensino superior. Ao saber qual a importância da assistência estudantil para permanência e graduação dos alunos, poderemos fortalecer o debate sobre a importância assistência estudantil e assim buscar a ampliação desses programas para contemplar um maior número de pessoas.

A presente pesquisa será realizada pelo estudante Roney Gomes de Souza, universitário da Faculdade UNB de Planaltina. A professora orientadora dessa pesquisa é a professora Doutora Olgamir Amancia.

Para coleta de dados, utilizaremos questionários que serão aplicados aos estudantes de Ciências Naturais que se encontram cursando o curso ou que já tenham concluído o curso. Essa pesquisa poderá ser usada em processo de divulgação científica e de formação de professores. Mesmo havendo a divulgação, garantimos o sigilo do (a) participante. De forma alguma, seu nome será revelado. Além disso, garantimos o seu direito de desistir da pesquisa, a qualquer momento no decorrer do processo. Esclarecemos também que a participação nessa pesquisa é voluntária.

Desde já, agradeço pela sua participação!

Roney gomes de Souza

Qualquer dúvida entre em contato :

Email: Roneygs18@gmail.com

Telefone: (61) 9 8320-4988

1- Sexo: *

- Masculino.
- Femino.

2- Você se formou em qual semestre? Ainda estiver cursando, em qual provável semestre formará? Exemplo: 1º/2012 *

3- Caso você já tenha formado ainda mantém algum vínculo com a UNB?

- Sim. Ainda estou na UNB, desenvolvendo projeto com um professor.
- Sim. Ainda estou na UNB, fazendo uma segunda graduação.
- Sim. Ainda estou na UNB, fazendo pós-graduação Lato Sensu.
- Sim. Ainda estou na UNB, fazendo mestrado.
- Sim. Ainda estou na UNB, fazendo doutorado.
- Sim. Ainda estou na UNB, como técnico/a – colaborador/a.
- Sim. Ainda estou na UNB, como funcionário/a.
- Sim. Ainda estou na UNB, como professor/a.
- Não. Não estou mais na UNB.

4- Na FUP, você participou ou participa de (se necessário, assinalar mais de uma alternativa):

- Monitoria.
- Prodocência.
- Comitativa Estudantil.
- Projetos de Pesquisa.
- Projetos de Extensão.
- CA – Centro Acadêmico.
- PET – Programa de Educação Tutorial.
- PIBID – Programa de Bolsas de Iniciação à Docência.
- PIBIC - Programa de Bolsas de Iniciação Científica.
- PIBIT - Programa de Bolsas de Iniciação Tecnológica.

5- Você recebeu auxílio estudantil ou bolsa durante o período da graduação ?

- Sim.
- Não.

6- Se marcou sim na questão anterior assinale , qual ou quais auxílios e bolsas você recebeu:

- Bolsa permanência.
- Bolsa alimentação.
- Bolsa iniciação científica.
- Bolsa estágio de ensino de graduação.
- Bolsa PIBID.
- Bolsa Prodocência.
- bolsa REUNI.
- Auxílio Moradia.
- Outro:

7- Como você tomou conhecimento da política de assistência estudantil?

- No portal da universidade.
- Nos murais.
- Informativos da assistência estudantil.
- Nas atividades de boas vindas (recepção de calouros).
- Pelos colegas.
- Outro:

8- Qual a importância da da Assistências Estudantil para a permanência e conclusão de sua graduação:

- Nenhuma importância.
- Pouca importância.
- Media importância.
- Muita importância.

9- Você considera o processo de seleção para os programas de auxílio estudantil eficientes?

Sim ou Não. Por que?

10- Você conhece todas as etapas do processo de seleção?

- Sim.

- Não.
- Talvez.

11- Você sabe quais os critérios de seleção?

- Sim.
- Não.
- Talvez.

12- Conhece alguma pessoa que não foi contemplada pela Assistência Estudantil, e você acha que deveria receber?

- Sim.
- Não.

13- Você sabe de onde vem os recursos para manter a assistência estudantil na Universidade?

- Sim.
- Não.
- Talvez.

14- Os recursos para a manutenção da assistência estudantil na universidade são oriundos

- Dos recursos próprios da universidade.
- Do orçamento do Governo Federal.
- Do orçamento do GDF.
- Nenhuma dessas.

15- Você conhece a EC 95 ?

- Sim.
- Não.

16- Você sabe quais são as implicações dessa emenda constitucional nos programas de assistência estudantil?

- Sim.
- Não.
- Talvez.

17- Caso tenha respondido SIM, na questão anterior, liste 3 implicações dessa EC sobre o funcionamento da universidade pública.

18- Qual a sua avaliação sobre a influencia da politica de assistência estudantil sobre



Universidade de Brasília
Faculdade UnB Planaltina

a permanência e conclusão dos estudos de graduação dos estudantes de baixa renda? Comente.

19- Os novos campi da Universidade de Brasília foram construídos ou ampliados por meio do Programa de Expansão e Restruturação das Instituições Federais (REUNI). Você considera que ter a UnB em outras cidades, além do Plano Piloto, foi importante para o seu acesso? Por que?

20- O REUNI tem como objetivo assegurar o acesso e a permanência na educação superior . Você considera possível alcançar os objetivos do REUNI com a EC 95 em vigor?Por que?

Carta de Apresentação

Eu, Roney Gomes de Souza, estudante do curso de Ciências Naturais da Faculdade UNB Planaltina, matrícula 14/0065814, celular: (61) 9 8320-4988, e-mail: roneygs18@gmail.com, estou realizando uma pesquisa para meu Trabalho de Conclusão de Curso, sobre a orientação da Professora Doutora Olgamir Amancia.

Este trabalho tem como objetivo analisar a contribuição dos Programas de Assistência Estudantil para o acesso e permanência na educação superior. Para sua execução necessitarei entrevistar estudantes da FUP do curso de Ciências Naturais que foram contemplados por esses referidos programas do ano de 2008 a 2017.

Diante disso, solicito a Diretoria de Desenvolvimento Social- DDS Faculdade UNB Planaltina- FUP UNB, o envio do meu questionário via e-mail para os alunos do Curso de Ciências Naturais. Esse questionário tem como intuito analisar a Importância das Políticas de Assistências Estudantis na Manutenção e Conclusão do Curso de Ciências Naturais.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada “Importância das Políticas de Assistências Estudantis na Manutenção e Conclusão do Curso de Ciências Naturais”. A proposta dessa pesquisa é analisar a importância da assistência estudantil para a permanência e conclusão do curso de Licenciatura em Ciências Naturais na FUP, por parte dos alunos de baixa renda. Algumas questões que desejamos conhecer são: como os graduandos avaliam a importância da assistência estudantil para conclusão do curso, quais os desafios que eles teriam que superar se não tivessem sido contemplados.

A relevância desta pesquisa, está nos recentes cortes verbas que a educação superior vem sofrendo nos últimos anos. O que acaba interferindo diretamente na abrangência dos programas assistência estudantil, das instituições públicas de ensino superior. Ao saber qual a importância da assistência estudantil para permanência e graduação dos alunos, poderemos fortalecer o debate sobre a importância assistência estudantil e assim buscar a ampliação desses programas para contemplar um maior número de pessoas.

Para coleta de dados, utilizaremos questionários que serão aplicados aos estudantes de Ciências Naturais que se encontram cursando o curso ou que já tenham concluído o curso. Essa pesquisa poderá ser usada em processo de divulgação científica e de formação de professores. Mesmo havendo a divulgação, garantimos o sigilo do (a) participante. De forma alguma, seu nome será revelado. Além disso, garantimos o seu direito de desistir da pesquisa, a qualquer momento no decorrer do processo. Esclarecemos também que a participação nessa pesquisa é voluntária.

A presente pesquisa será realizada pelo estudante Roney Gomes de Souza, universitário da Faculdade UNB de Planaltina. A professora orientadora dessa pesquisa é a professora Doutora Olgamir Amancia.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações do projeto, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine o consentimento da sua participação. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma.

CONSENTIMENTO DO/A PARTICIPANTE

Eu _____

,

DECLARO que fui esclarecida/o quanto aos objetivos e procedimentos do estudo, e consinto a minha participação na pesquisa. Planaltina/DF, _____ de _____ de 2018.

Caso seja necessário o contato com o estudante, ele deverá ser encontrado pelo seguinte telefone: (61) 9 8320-4988, email: roney6218@gmail.com.
